

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado

Class.:

Data: 16.02.85

Pg.:

Cimi contesta ações dos colonos que taxam os índios de invasores

Chapecó — O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), considerou absurda a iniciativa dos colonos de Sede Trentin/Toldo Chimbangue de ingressar na justiça qualificando de invasores os caingangues que ocupam parte das terras daquela comunidade rural. É mais uma etapa do conflito que envolve 18 famílias de índios e 120 de produtores rurais pela posse de 2 mil hectares de terra.

As ações ajuizadas pelos colonos são três e foram elaboradas pelo advogado paulista Ismael Marinho Falcão, ex-funcionário da Fundação Nacional do Índio. A primeira é uma ação anulatória contra a portaria da Funai que, após acordo com os colonos, em setembro passado, garantiu aos índios 122 hectares de terra (regime provisório) para o plantio enquanto perdurasse sem solução o processo administrativo sobre as terras do Chimbangue. A segunda, é a manutenção de posse com pedido de liminar que abrangeria os 2 mil hectares reivindicados pelos Caingangues e o objetivo, segundo o Cimi, é desviar a decisão da reivindicação indígena do âmbito administrativo federal para o âmbito do judiciário, onde poderá se arrastar por muitos anos. A terceira ação, é uma queixa crime contra 16 indígenas e o missionário do Cimi, Wilmar D'Angelis, "pelo crime de invasão do domínio privado."

Sobre a queixa-crime, o Cimi considerou um absurdo porque os "Caingangues têm posse ininter-

rupta do Chimbangue há cerca de um século e meio e não pode ser qualificados de invasores".

DEFESA

Para os coordenadores do Cimi, "a argumentação do advogado dos colonos se baseia em raciocínio pouco sustentado sobre regime tutelar indígena. A base da argumentação é, em resumo, a afirmação de que os Caingangues não são índios, vivem "confundidos na massa geral da população", sendo caboclos não tutelados da Funai. "Está aí um dos defensores ou inspiradores dos critérios de idianidade da Funai, tantas vezes denunciados como racistas de inspiração fascista. Felizmente, contra tamanho absurdo do Dr. Falcão está o reconhecimento da ocupação imemorial Caingangue pela unanimidade da comunidade científica, respaldada em copiosa documentação".

O Cimi informa que o advogado é ex-funcionário da Funai e que teve, no passado, a função de responsável pela regularização dominial das terras indígenas do Departamento Geral do Patrimônio Indígena (DGPI) e atuou nas gestões dos presidentes Coronel Nobre da Veiga e coronel Paulo Moreira Leal. O conselho assegura que, apesar de ex-funcionário da Funai, Falcão foi defensor judicial das fazendeiros interessados nas terras do Parque Nacional do Xingu, em Mato Grosso.

O Conselho Indigenista manifestou sua preocupação "porque os úl-

timos fatos e as atitudes recentes dos colonos apontam exatamente na direção de uma solução violenta" e extraiu uma conclusão: "o evidente objetivo desses fatos é criar um clima de permanente intranquilidade através de crises provoadas pelos próprios colonos. Fica claro que os colonos pretendem indispor a opinião pública contra os índios e preparar assim o ambiente para ações de maior violência ainda contra a comunidade indígena. Infelizmente, a impunidade e omissão das autoridades policiais só tem estimulado atitudes de agressões dos colonos da Sede Trentin".

O Cimi revela que está preocupado com o clima de violência e mais ainda com a intransigência dos colonos em não reconhecer o direito dos índios. Reafirma que continuará apoiando a reivindicação dos índios, baseado no direito histórico do povo Caingangue, mas ressalva: "sempre manifestamos o reconhecimento do direito que os colonos tem a uma terra. Nesse sentido, mais uma vez, apelamos aos colonos que, em vez de insistir numa solução violenta, se organizam para exigir junto às autoridades o reassentamento em outras terras, no Estado de Santa Catarina".

O Conselho adverte, mostrando os exemplos de Rio das Cobras (PR), Nonai (RS) e Chapecó (SC), que a intransigência dos colonos, apoiada em promessas de políticos, deixou muita família de agricultores desamparadas.